
AS VIAGENS DE CAPELO E YVENS
PORTUGAL EM ÁFRICA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Teresa Bernardino

AS VIAGENS DE CAPELO E YVENS

PORTUGAL EM AFRICA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Fez recentemente um século que Roberto Yvens e Hermenegildo Capelo saíram das africanas terras de Angola (Moçâmedes) rumo à costa oriental moçambicana. Para perpetuar essa arriscada expedição escreveram no ano de 1886 uma obra intitulada *De Angola à Contra-Costa*. Esta viagem tinham-na efectuado de Janeiro de 1884 a Maio de 1885. Outra, empreendida entre 1877 e 1880, ocasionara a publicação do livro *De Benguela às Terras de Iacca* (1881). No mesmo ano, Serpa Pinto publicava *Como Atravessei Africa* relatando a sua viagem do Bié (Angola) até Pretória e Durban (1877-79).

Estas duas obras constituem ainda hoje importantes fontes históricas para o conhecimento não só do território africano como dos povos que o habitavam. Com efeito, a partir de 1870 acentuara-se a vantagem de efectuar o levantamento geográfico e político das regiões que Portugal incluía na sua soberania e que eram largamente cobiçadas pelas principais potências europeias, designadamente a Inglaterra e a Bélgica.

No prefácio à obra *De Angola à Contra-Costa*, os autores tiveram a preocupação de referir expedições realizadas por portugueses ao longo dos séculos XVII e XVIII, para além de algumas já na primeira metade do século XIX: Manuel Godinho, em 1663, assinala um «novo caminho de Angola à Contra-Costa»; José da Rocha em 1678 e Manuel Caetano Pereira em 1796, entre outros, fazem novas viagens pelo interior entre Angola e Moçambique.

Esta referência histórica, antecedendo o relato que se propunham fazer, revela que pretendiam demonstrar a prioridade da presença portuguesa em territórios que outros países europeus queriam usurpar. A confirmá-lo, Capelo e Yvens salientam, ao aludirem ao Congo, as pretensões do rei da Bélgica que já se intitulara soberano nessa região. Por isso, lembram a presença quatrocentista de Diogo Cão ao longo das margens do rio Congo ou Zaire (onde estabelece amistosas relações com os indígenas) e a de outros

exploradores como Rui de Sousa, Gregório de Quadra, Francisco Gouveia, etc. Como acentuam, se o pretexto para a declaração do Congo como *Estado Livre* pretendia abri-lo ao comércio internacional, tal facto não justificava «que se espoliasse Portugal daquilo que em bom direito e razão lhe pertencia», pois «o Zaire estivera sempre franco ao comércio de todos os países» (1).

Anteriores viagens levadas a cabo nos anos de 1831-32, 1843-46, 1847-50 e 1853 destinavam-se a estender a dominação portuguesa das zonas costeiras até ao interior, o que não fora efectivamente realizado nos tempos posteriores ao Descobrimento. Isto deveu-se à escassez de efectivos militares e de potencial humano capaz de garantir a conquista e a colonização de terras menos propícias pelo clima, pela resistência ao europeu ou ainda pelas características naturais e pelo fraco atractivo de um ponto de vista económico.

Considerados «mestres» em pacificar, os portugueses tentaram manter proficuas relações com as populações do interior não as dominando, mas convivendo com elas em actividades mercantis.

A dispersão do Império português pelo Oriente, ilhas atlânticas e pelo Brasil, considerados centros de um ponto de vista estratégico, económico e geográfico mais favoráveis, relegara os territórios africanos, de extensão quase insuspeita, para um plano secundário. Na verdade, até meados do século XIX os portugueses mantinham com grande empenhamento as áreas costeiras africanas como importantes entrepostos comerciais em que se destacava o tráfico de escravos ou a penetração missionária.

As grandes viagens de Livingstone e de Stanley desde 1852 a 1877 resultaram em grande parte da constituição de organismos como a Sociedade de Geografia de Paris, fundada em 1821, com o objectivo de promover estudos e pesquisas no continente africano. O incremento industrial proporcionado, desde os fins do século XVIII, com a Revolução Industrial inglesa criou condições para a procura de matérias-primas que as máquinas rapidamente transformavam. A corrida a África tornou-se uma realidade que colheu Portugal de surpresa. A possibilidade de ser discutida a sua soberania em terras africanas, de que desde o descobrimento considerava ser o legítimo possuidor, nunca fora sonhada. Daí que a rapidez dos acontecimentos inter-

(1) H. Capelo e R. Yvens, *De Angola à Contra-Costa*, Public. Europa-América, vol. I, pp. 49-50.

nacionais não permitisse ao Governo português dar a resposta imediata que eles exigiam.

Em 1876, a Conferência de Bruxelas fazia triunfar a ideologia colonialista na Europa Ocidental e Portugal era irremediavelmente esquecido. A política de defesa do litoral não podia prosseguir sob pena de Portugal ser desapossado da maior parte das suas possessões africanas. A criação da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1875, surgia relativamente tarde.

Andrade Corvo enviava, no mesmo ano da Conferência de Bruxelas, uma expedição ao Zaire (Capelo e Serpa Pinto), mas a ocupação efectiva não se verificou. Em 1881, um Apelo ao Povo Português, da Comissão Africana da Sociedade de Geografia de Lisboa, procurava atrair a população portuguesa ao projecto colonial. Afirmava as vantagens da colonização, a utilidade para os capitalistas portugueses do investimento em África e a necessidade de transferir o interesse do emigrante pela América para África; apelava também aos missionários no sentido de «afeiçoarem o africano ao trabalho e ao respeito da propriedade» (2).

O Tratado do Zaire entre Portugal e a Inglaterra, em 1884, conferia a Portugal o «território da costa ocidental africana entre 5° 12' e 8° de latitude Sul que se prolongaria pelo interior do rio Zaire até Noqui e daí até aos limites das possessões das tribos da costa e marginais» (3). Como contrapartida, a Inglaterra passaria a deter «o tratamento preferencial em todos os domínios africanos de Portugal» (4). Contudo, este diploma tinha um valor mais simbólico do que real, pois o rei dos belgas fundara, em 1876, a Associação Internacional Africana, transformada, quatro anos depois, em Associação Internacional do Congo.

Entre 15 de Novembro de 1884 e 20 de Fevereiro de 1885 realizava-se, por iniciativa de Bismarck, a Conferência de Berlim que outorgaria ao Congo o estatuto de *Estado Livre* sob a soberania do rei da Bélgica, Leopoldo II. Paralelamente, nesta Conferência incluíram-se dois artigos fundamentais e com graves consequências para Portugal: 1.º — Quem possui a costa tem direito ao Hinterland, ao interior; 2.º — Toda a instalação deve ser efectiva. Quanto ao primeiro, provava-se que a posse do Congo pertencia inequivoca-

(2) Revista *Ler História*, n.º I, 1983, p. 77.

(3) Chagas e Coelho, *História da Revolta do Porto* (Prefácio), Assírio e Alvim, 1978, p. XIV.

(4) *Ibidem*.

mente a Portugal; mas, no que tocava ao segundo, restringia-se esse inalienável direito, visto que Portugal não alcançara ainda realizar a colonização plena nos domínios a que a zona costeira dizia respeito.

Era neste contexto que se processava a arriscada viagem exploratória que Capelo e Yvens tão pormenorizadamente descreveram em *De Angola à Contra-Costa*. Na verdade, aí encontramos passagens alusivas à conjuntura histórica afro-europeia, como já referimos. Noutros passos, os autores ajudam claramente ao primordial objectivo do seu trabalho: «Estudar e esclarecer em definitivo toda a zona central da nossa província angolo-moçambicana, calculando até que ponto os férteis sertões... poderiam encontrar no Zambeze uma saída para os seus produtos» (5). Nestas palavras, chama-se a atenção para a produtividade do solo e para a viabilidade do escoamento de produtos, sem entraves de maior. O factor económico é aqui expresso como um incentivo à efectiva colonização dos territórios entre as costas de Angola e Moçambique.

Quando se debruçam sobre a serra Chela e a Huíla fazem notar a sua importância agrícola: «Semeiam-se trigo, centeio, milho, couve, batatas»; também não se esquecem de salientar o tipo de vegetação, de terreno, as espécies venatórias. Proclamam mesmo que «ali acham-se reunidas as condições para uma vasta colonização europeia» (6) — esta era uma tarefa urgente tal como a criação de meios de transporte. Em seguida fazem algumas críticas à pouca desenvoltura da actividade comercial, à deficiente disseminação dos colonos atestada pela «dispersão irreflectida pela província», sem se privilegiarem as zonas salubres (7). O desprezo pelo trabalho é outra falha realçada por Capelo e Yvens ao longo da aventureira e fascinante deslocação pelos interiores africanos.

Pormenores respeitantes às dificuldades de percurso e às observações diárias surgem em cada página: a morte de alguns elementos da caravana, a falsidade de alguns guias, a fome, o flagelo da mosca tsé-tsé, o perigo dos animais selvagens, a insegurança na travessia dos rios, como o Cunene, a solidariedade ou a desconfiança dos régulos, as superstições, os costumes dos indígenas, o tipo de acidentes geográficos e climatéricos, como o capim, a lama e a chuva ou o calor....

(5) Capelo e Yvens, *Ob. Cit.*, p. 70.

(6) *Ibidem*, pp. 123-124.

(7) *Ibidem*, p. 129.

No capítulo dedicado ao Katanga surge a descrição da organização política do estado chamado Garanganja, a indicação das riquezas minerais ou salinas nos rios Lufira, Daqui e Zambeze. Ao descerem este último rio, aproximando-se progressivamente da costa de Moçambique, a língua falada era já em variados locais o português Referindo-se ao Zumbo, especificamente, não deixam de o identificar como a «chave comercial de todos os sertões circunvizinhos» e como um centro de penetração missionária, testemunhado pela presença do convento de S. Domingos (8).

A viagem até à Contra-Costa terminava finalmente e constituía um êxito para os seus chefes e para as gentes que não hesitaram em acompanhá-los. O seu significado patenteou-se no carácter científico que atingiu, no alerta que trouxe aos governantes sobre as realidades dos espaços percorridos, na esperança de provocar o interesse do povo português por terras inóspitas e «próprias de degredados».

Contudo, a publicação detalhada desta longa peregrinação africana não determinou a efectiva ocupação geo-política que evitasse o *Ultimato* dirigido pela Inglaterra ao Governo português, em 1890. O mapa elaborado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, em 1886, ligando Angola a Moçambique, não ia ser considerado válido pela Grã-Bretanha três anos mais tarde. A 11 de Janeiro de 1890, o embaixador Salisbury dirigia ao Governo português um documento exigindo a imediata retirada da soberania lusa na região do Chire e das terras dos Macololos e dos Machonas (actual Rodésia) — área recentemente percorrida por Capelo e Yvens na sua memorável viagem desde o Bié a Tete.

Parte do território sob a alçada, por direito, de Portugal era assim alienado, sem que os sucessivos governos que se formaram opusessem frontal resistência armada (local), após as goradas tentativas diplomáticas. A continuidade de Portugal em África, brio dos militares da época, não podia ser alvo de tão vil afronta.

A glória e a fama passadas não tinham sido olvidadas pelos militares patriotas que projectaram desde logo a queda do regime constitucionalista. Responsabilizando-o por tão duro golpe no Portugal pluricontinental provocam-lhe um primeiro abalo ao organizarem uma revolta que eclodiria na cidade do Porto em 31 de Janeiro de 1891. Ainda que a amotinação não

(8) *Ibidem*, vol. II. pp. 209-210.

tivesse logrado êxito, os motivos que a fizeram deflagrar não se circunscreviam ao ideário republicano das transformações sociopolíticas de ordem interna, mas abrangiam fundamentalmente a problemática colonial contemporânea. Os revoltosos do Porto consideravam a política ultramarina seguida pelo governo do rei longe de interpretar os sentimentos do povo português. Nos finais do século XIX, a voz da Nação reflectia-se nas palavras insertas no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (1877), acerca do ensino da História e da Geografia: «Portugal ou há-de ser uma potência marítima para ser uma potência colonial, ou há-de fatalmente deixar de ser um povo independente» (9).

Teresa Bernardino

(9) *Bol. Soc. Geog. Lisboa*, 1.ª série, n.º 2, 1877, cit. por Ângela Guimarães «A ideologia colonialista em Portugal no último quartel do século XIX» in *Ler História*, n.º 1, p. 76.